



## **REDEFINIÇÕES NO PAPEL DO ESTADO: TERCEIRA VIA, NOVO DESENVOLVIMENTISMO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA EDUCAÇÃO**

Vera Maria Peroni - UFRGS

Maria Raquel Caetano

CNPq

**Resumo:** O artigo Redefinições no papel do Estado: Terceira Via, novo-desenvolvimentismo e as parcerias público-privadas na educação tem como objetivo analisar as conexões entre o público e o privado, enfocando o contexto da relação entre o diagnóstico neoliberal, incorporado pela Terceira Via, de que o “culpado” pela crise é o Estado, e as estratégias que propõem o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade, e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerada parâmetro de eficiência. O texto apresenta um debate acerca das redefinições ocorridas no papel do Estado e o contexto atual de mudanças nas configurações entre o público e o privado, evidenciado na gestão pública e o exemplo da materialização dessa proposta em uma parceria entre o setor público e o terceiro setor, no caso o Instituto Ayrton Senna .

**Palavras-chave:** Estado, política educacional, gerencialismo, público e privado.

### **O contexto atual e as redefinições no papel do Estado**

No Brasil, após um longo período de ditadura<sup>1</sup>, os anos 1980 foram marcados por um processo de abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta pelos seus direitos. Nesse contexto, os eixos principais dos movimentos sociais estavam vinculados à democracia, à gestão democrática do Estado através da participação da sociedade nas decisões políticas; enfim, a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, essa construção encontrou enormes obstáculos, pois o processo de abertura foi pactuado com as forças da ditadura. E, quando estava avançando alguns passos na participação popular e na luta por direitos sociais, sofreu o impacto das estratégias do capital

---

<sup>1</sup> Ver Fernandes (1985).

para superação de sua crise: neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, que já estavam em curso no resto do mundo e vinham em sentido contrário a esse movimento.

Entendemos que aquilo que alguns autores chamam de globalização, outros de neoliberalismo ou de acumulação flexível, são partes de um mesmo movimento do capitalismo, que para superar sua crise estrutural, assumiu diferentes formas.

No plano ideológico, a teoria neoliberal afirma que o Estado é o culpado pela crise, já que para atender as demandas em um período democrático, gastou demais provocando déficit fiscal. E, por consequência, as políticas sociais e a democracia devem ser contidas para que os ajustes necessários ao bom andamento do mercado sejam efetuadas. Foi o chamado estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital (PERONI, 2003), já que o Estado “pagou” ao mercado sua diminuição de lucros com os impostos pagos pela população, ocorrendo uma grande distribuição de renda a favor do capital.

Na esfera da produção, conforme Harvey (1989), o capital buscou a superação da crise principalmente reduzindo, com os avanços tecnológicos, o trabalho vivo, que durante o período anterior tinha avançado em direitos sociais e trabalhistas, “encarecendo a produção”. O que por consequência causou um enorme desemprego estrutural e alterações no mercado de trabalho, com a reestruturação produtiva, em que os próprios trabalhadores são chamados a resolver individualmente, buscando novas qualificações. Além da globalização produtiva, que reorganizou a relação produção-consumo e produção-distribuição para avançar na taxa de lucros.

E a globalização financeira ou especulativa, que não é um fato novo do capitalismo, mas que atingiu níveis sem precedentes neste momento histórico, conforme estudos de Chesnais (2005). Os mercados financeiros determinam os destinos dos países, como o da Grécia atualmente, mas de tantos outros incluindo o Brasil, que quando o presidente Lula venceu as primeiras eleições um jornal dos EUA alertava que o povo brasileiro votava a cada quatro anos, mas os mercados votavam todos os dias. Assim, o superávit primário para garantir reservas aos investidores, além das altíssimas taxas de lucros para atrair o capital especulativo, tiveram consequências para as classes que vivem do trabalho, tanto para políticas trabalhistas quanto sociais. Restou a chamada naturalização do possível e “pactos” entre as classes através da concertação, terceira via, novo desenvolvimentismo, governança, governabilidades, enfim várias estratégias por parte do capital para a aceitação das estratégias de superação da crise sem muitos questionamentos.

Vamos tratar ao longo do artigo como o diagnóstico da crise define a atuação política. A crise do fordismo-keynesianismo é entendida aqui como expressão de uma crise estrutural

do capital,<sup>2</sup> propiciada por uma tendência decrescente na taxa de lucros. No entanto, para o neoliberalismo, a terceira via e o novo desenvolvimentismo, o fundamento da crise estaria no Estado e tem como proposta reformá-lo, com base nos princípios de mercado. A questão passa a ser a eficiência do Estado para superar a crise, acabar com o déficit fiscal. Mas verificamos uma mudança nas prescrições ao papel do Estado por parte do capital. Enquanto nas primeiras manifestações da crise, décadas de 1979, 1980 a teoria neoliberal apregoava o Estado mínimo, nas últimas crises tem sido reforçado o papel do Estado como o administrador da crise, inclusive injetando volumosas quantias de dinheiro público dos impostos para “acalmar os mercados” e os analistas criticando que os estados não fizeram o “dever de casa” de diminuir os gastos públicos, leia-se direitos sociais, como se eles fossem os reais causadores das crises.

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois com este diagnóstico duas são as prescrições: racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, consideradas improdutivas pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais, através da privatização (mercado), e para a Terceira Via, principalmente através do terceiro setor (sem fins lucrativos). (PERONI, 2006)

A Terceira Via surge quando o Novo Trabalhismo se apresenta como uma alternativa ao Neoliberalismo de Thatcher e também à antiga social democracia. A Terceira Via, atual social democracia, é “uma Terceira Via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a social democracia do velho estilo quanto o Neoliberalismo”. (GIDDENS, 2001, p. 36).

Os teóricos da Terceira Via concordam com os neoliberais, de que a crise está no Estado, só que apontam como a estratégia de superação o terceiro setor, que é caracterizado como o público não-estatal. Assim, a tarefa de execução das políticas sociais é repassada para sociedade, em nome da participação e democratização da democracia. (GIDDENS, 2001)

No Brasil e em alguns países da América Latina, encontra-se um terceiro discurso entre o neoliberalismo e o velho desenvolvimentismo dos anos 40,50 e 60. Esse terceiro discurso é denominado novo desenvolvimentismo. Para Bresser Pereira (2007), o novo desenvolvimentismo só fará sentido se partir de um consenso interno e, dessa forma, se constituir em uma verdadeira estratégia nacional de desenvolvimento. Para ele, “um consenso

---

<sup>2</sup> Ver Mészáros (2002), Antunes (1999) e Harvey (1989, 2008).

pleno é impossível, mas um consenso que uma empresários do setor produtivo, trabalhadores, técnicos do governo e classes médias profissionais – um acordo nacional, portanto – está hoje em processo de formação.”(idem,p.163) No nosso entendimento, esse processo vem dando continuidade à reforma gerencial dos anos 90 e se aproxima com os pressupostos da Terceira Via.

É importante destacar que, enquanto os países que tinham uma correlação de forças mais propícias aos trabalhadores, discutiam o Estado de Bem Estar Social, nós, os latino americanos, vivemos ditaduras e o Estado desenvolvimentista. Neste momento, a discussão do novo desenvolvimentismo retoma a proposta de desenvolvimento, mas, mais uma vez, sem muitas conexões com os direitos materializados em políticas sociais.

### **Novo desenvolvimentismo e os novos elementos na administração pública: Governança e Concertação ou continuidade das reformas?**

Atualmente no Brasil, retorna o debate acerca de propostas de desenvolvimento para o país<sup>3</sup>. Conforme Mattei (2011), três grupos discutem o novo desenvolvimentismo brasileiro: o primeiro liderado por Bresser Pereira, o segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de economia da UFRJ e o terceiro é vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA) e foi liderado pelo então presidente do Instituto Marcio Pochmann.

Os três grupos apresentam em comum a existência de um mercado e Estado fortes, além da diminuição da distancia entre povo e as elites através de sistemas de proteção social. O grupo ligado ao IPEA defende ainda o fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia. (MATTEI, 2011, p. 8)

Conforme o autor, o papel do Estado mudou. Para o antigo desenvolvimentismo, ele era o protagonista, no novo desenvolvimentismo o setor privado deve “disponibilizar recursos e suas capacidades gerenciais a favor dos investimentos produtivos”(2011, p.11). O papel do Estado no novo desenvolvimentismo é a) ter capacidade para regular a economia, estimulando um mercado forte e um sistema financeiro a serviço do desenvolvimento e não das atividades especulativas; b) fazer a **gestão pública com eficiência e responsabilidade perante a sociedade**; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade industrial e melhorem a

---

<sup>3</sup> Ver a Tese de Aloisio Mercadante Oliva “As bases do Novo desenvolvimentismo no Brasil: Análise do governo Lula (2003-2010)” tese defendida na UNICAMP em 2010.

inserção do país no comércio internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, visando reduzir as desigualdades de renda. (MATTEI, 2011, p. 11, grifo da autora).

Bresser Pereira afirma que o novo desenvolvimentismo patrocina a reforma gerencial porque quer um Estado mais capaz e mais eficiente. Para ele,

no cenário do novo desenvolvimentismo, cada país individual tem agora a possibilidade de adotar efetivamente estratégias nacionais de desenvolvimento –estratégias que ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação, estratégias que aumentam a competitividade internacional do país ao mesmo tempo em que protegem a mão-de-obra, os pobres e o meio ambiente.(2010, p36)

Mattei conclui analisando algumas inconsistências nas análises sobre o novo desenvolvimentismo brasileiro, que consideramos muito procedentes, como a ausência de uma discussão conceitual sobre o desenvolvimento, ausência de discussão sobre o envolvimento das classes sociais no novo projeto desenvolvimentista, ausência de uma discussão política mais consistente de como implementar a justiça social em uma sociedade tão desigual e ainda dominada pelo coronelismo, autoritarismo e corrupção e, por fim, a ausência de uma discussão do cenário global no atual contexto.

Outros conceitos emergem quando analisamos o papel do Estado no atual contexto histórico. Para Pecci, (2008) concessão, regulação e parcerias público-privadas concretizam um novo modelo de Estado, baseado em relações contratuais com o setor privado e sociedade civil responsável por definir objetivos de políticas públicas a serem implementadas.

Essa configuração é chamada de Governança Pública<sup>4</sup> e emerge uma nova forma de administrar, cujas referências se manifestam nos conceitos recentemente utilizados para se referir ao novo papel do Estado como catalisador, articulador e facilitador do mercado e da sociedade civil (KISSLER; HEIDEMANN,2006). Emergem também conceitos como “concertação” (a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) e regulação (a exemplo da proliferação de agências reguladoras) e têm sido usualmente incorporados e utilizados pela agenda política nos últimos anos. (PECCI, 2008)

Bresser Pereira, em artigo que aborda o modelo estrutural de governança pública (2007), defende que esse modelo envolve organizações estatais, públicas não-estatais, corporativas e privadas. Afirma que essas organizações são cada vez mais interdependentes,

---

<sup>4</sup> Não existe um conceito único de governança pública, mas antes uma série de diferentes pontos de partida para uma nova estruturação das relações entre o Estado e suas instituições nos níveis federal, estadual e municipal, por um lado, e as organizações privadas, com e sem fins lucrativos, bem como os atores da sociedade civil (coletivos e individuais), por outro.

formando redes de todo tipo e os modelos de gestão pública são muitas vezes identificados com parcerias público-privadas-terceiro setor.

Para Bresser Pereira, os conceitos de parceria e de rede são úteis para ressaltar que o Estado não precisa desempenhar diretamente todos os papéis ou responsabilidades que os eleitores e a lei atribuem a ele.

Da mesma forma que os governos foram capazes de terceirizar a construção civil e outros serviços auxiliares para empresas comerciais, eles podem terceirizar a prestação de serviços sociais e científicos para organizações públicas não-estatais sem renunciar às suas responsabilidades. (2007, p.7)

Kissler e Heidemann (2006) afirmam que o conceito de governança pública justifica uma política de amplitude de atribuições, onde as instituições públicas não têm mais a obrigação de oferecer em termos exclusivos todos os serviços públicos. O Estado pode transferir ações para o setor privado, ou agir em parceria com agentes sociais. Transforma-se, assim, o antigo Estado de serviço em um moderno Estado co-produtor do bem público, mas ainda na condição de responsável último por sua produção.

Em resumo, a governança pública agrupa, em novos arranjos de atores a três diferentes lógicas: a do Estado, a do mercado e a sociedade civil.

Pecci (2008) conclui que a governança, enquanto um novo modelo de gestão pública, requer a concepção de estruturas e processos próprios, que se diferenciam, se é que isto é possível, de concepções tradicionais da gestão pública, ou gerencialismo. “A rede de governança modifica substancialmente as relações de poder entre o Estado e a sociedade, tornando-as mais fluidas e deslocando-as, de fato, para o setor privado e o terceiro setor”. (idem, p.52).

A mudança nas relações entre Estado e Sociedade Civil foram marcadas no governo do presidente Lula por uma agenda de “concertação” com a instituição do CDES em 2003. O CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES), órgão de consulta diretamente vinculado à Presidência da República.

Importante destacar que o Conselho se apresenta como um espaço de articulações, negociações e acordos entre os setores da sociedade civil organizada com vistas à formação de um “novo contrato social” no Brasil. Nesse sentido, a composição do CDES é demonstrada no quadro abaixo a partir da representação por esfera.

**CDES: Distribuição dos conselheiros por esfera de atuação**

<b>ESFERA</b>		
Empresarial	<b>45</b>	<b>50%</b>
Social	<b>18</b>	<b>20%</b>
Trabalho	<b>13</b>	<b>14%</b>
Personalidades	<b>14</b>	<b>16%</b>
Total	<b>90</b>	<b>100%</b>

Fonte: Projeto: Movimentos Sociais e Sociedade Civil (CNPq).

Coordenador: Lúcio Kowarick. Pesquisadores: Daniel Cara e João Peschanski.

As críticas em relação à composição do conselho foram muitas, principalmente em relação a representação da base empresarial. “É impossível produzir um projeto alternativo ao Brasil, sem a concordância de grande número de empresários. Muitas das questões não são interesse de classe mas fazem parte de uma visão de Nação”, disse o ministro Tarso Genro.(KOWARICK,2006).

O CDES é ainda apresentado como uma “nova arena pública” que reúne diversos interesses a partir da experiência de explicitação de conflitos, discussão e diálogo sobre os caminhos para a diminuição da desigualdade. Nas palavras de Tarso Genro,

Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado pressionando democraticamente o Estado e o governo. ( 2003, p.101)

Guiot (2011), analisando o CDES , diz que deve ser retirado de nosso horizonte a premissa de que há uma sociedade civil genérica, participativa e dialógica em seu interior, portadores de interesses “democráticos”, “cosmopolitas” e, no limite, “bem-intencionados”.

Essa sociedade civil que se apresenta, está descolada de qualquer conteúdo de classe, ou como afirma Guiot(2011,p.11), “apta a assumir o papel de novo agente histórico da transformação em lugar das classes sociais na construção do “bem comum” e, portanto, como ausente de opressão e dominação.”

O então ministro Tarso Genro(2003) é porta voz da criação de um novo bloco social dirigente, não excludente, que não pede atestado ideológico, nem político, nem partidário para ninguém, mas que informe uma coesão social que dê sustentabilidade ao processo de transição do modelo econômico. Para ele

Concertação que significa, em primeiro lugar, identificar os temas estruturantes de um novo Contrato social e, ato contínuo, significa buscar posições pactuadas, que possam ser amplamente majoritárias e também hegemônicas na sociedade. Tudo para transitarmos, com o menor custo político e social possível, para uma sociedade com mais igualdade, inclusiva, com altas taxas de crescimento econômico e radicalmente democrática. (GENRO, 2003, p.98)

Questionamos nessa proposta a busca da obtenção do consenso no CDES em que, por um lado, temos os empresários da FIESP e, do outro lado, o MST. A questão de classe estaria superada? Não, mas há uma clara proposta de conciliação entre as classes sociais, ou seja, os antagonismos entre classes estaria superado na busca do bem comum e do consenso, democratizando a democracia, como na proposta da Terceira Via.

No caso brasileiro, desde o governo Collor de Melo ocorre uma minimização do papel do Estado para com as políticas sociais e um longo processo de privatização e mercantilização do público, mas é o governo Fernando Henrique Cardoso que propõe em 1995 o Projeto de Reforma do Estado, apresentado pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). As estratégias de retirada do Estado para com as políticas sociais, que não foram consideradas atividades exclusivas do Estado e não pertenciam mais ao núcleo estratégico, descentralizando a sua execução para a sociedade através da privatização, da publicização e da terceirização. Privatização é passagem dos serviços lucrativos para o mercado, terceirização é o processo de transferência para o setor privado de serviços auxiliares ou de apoio e publicização, a “transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta”. (BRESSER PEREIRA, 1997, p.7- 8).

O plano propunha ainda a administração gerencial baseada em princípios gerencialistas e da constituição de “quase-mercados”. (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 8). É importante atentar que “quase mercado” quer dizer que a lógica de mercado é a que orientará a ação estatal.

Verificamos que a gestão gerencial teve continuidade nos governos posteriores,<sup>5</sup> pois a estratégia das parcerias foi aprofundada e a proposta de gestão pactuada pelo Ministério do Planejamento e Secretários Estaduais de Administração na Carta de Brasília (2009) que retoma os princípios da gestão gerencial.

Estes mesmos princípios de gestão estão presentes no documento “Gestão pública para um país de todos”, Plano de Gestão do Governo Lula, do Ministério do Planejamento,

---

<sup>5</sup> Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rouseff (2011 – 2014)



Orçamento e Gestão (BRASIL, 2003). E está sendo aprofundado pelo governo Dilma Rousseff, com a criação, em maio de 2011, da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), presidida por Jorge Gerdau, empresário brasileiro, que vem fazendo uma verdadeira cruzada para que a lógica de mercado seja incorporada na gestão pública.

A Câmara conta com quatro representantes da sociedade civil, 'com reconhecida experiência e liderança nas áreas de gestão e competitividade', segundo a Presidência da República. São os empresários Jorge Gerdau Johannpeter, (presidente do Conselho de Administração do Grupo Gerdau) que presidirá a Câmara de Políticas de Gestão; Abílio Diniz (dono da Companhia Brasileira de Distribuição - redes Pão de Açúcar, Extra, CompreBem, Sendas e Ponto Frio); Antônio Maciel Neto (presidente da Suzano Papel e Celulose); e Henri Philippe Reichstul (ex-presidente da Petrobrás - 1999/2001). Pelo governo federal, participam os ministros da Casa Civil, Antônio Palocci; da Fazenda, Guido Mantega; do Planejamento, Miriam Belchior, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel.(<http://economia.estadao.com.br/noticias>, acesso em 12 de maio de 2011)

Assim, o Terceiro Setor passa a falar em nome da sociedade; mas, questionamos, que sociedade? Estado e Sociedade Civil não são abstrações, e a questão central permanece sendo a classe social. No exemplo acima, os representantes do empresariado e não dos movimentos vinculados às lutas sociais foram chamados para representar a sociedade civil em um conselho que vai definir a gestão das políticas públicas. Outra questão importante é que a gestão não é técnica, é política, e aparece como técnica nos argumentos do governo e dos empresários sobre qualidade e eficiência com a lógica do mercado na gestão pública. (PIRES, PERONI, 2010)

### **Educação**

Apesar de vários autores apresentarem a educação nesse período como avanço em diversas áreas como, por exemplo, a expansão da oferta, o aumento no financiamento, a maior participação dos professores nos conselhos, a expansão do ensino fundamental para nove anos, o financiamento de parte da educação infantil e a expansão para o ensino médio, Oliveira adverte que

as políticas educacionais do governo Lula podem ser caracterizadas por políticas ambivalentes que apresentam rupturas e permanências em relação às políticas anteriores. Ao mesmo tempo em que se assiste, na matéria educativa, à tentativa de resgate de direitos e garantias estabelecidos na

Constituição Federal de 1988, adotam-se políticas que estabelecem nexo entre a elevação dos padrões de desempenho educativo e a crescente competitividade internacional. (2009,p.208)

Nesse sentido, os programas federais de educação básica, atravessados por concepções distintas e até antagônicas, realçam o cenário contraditório das ações governamentais (Dourado, 2007).

O governo federal vem desenvolvendo programas, estabelecendo parcerias com os municípios e com as escolas públicas diretamente, consolidando assim um novo modelo de gestão de políticas públicas e sociais (Oliveira, 2009), ao mesmo tempo em que tem promovido o envolvimento de outras instituições consideradas “terceiro setor” na implementação de programas sociais no nível local e nacional, tais como as organizações não - governamentais (ONGs) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), que influenciam a gestão da educação e da escola.

É o caso do Instituto Ayrton Senna, uma organização do terceiro setor que faz parcerias com sistemas públicos em todo o país, encaminhando uma proposta geral de educação envolvendo currículo, gestão e formação de professores, que abordaremos no próximo item.

### **Instituto Ayrton Senna**

O Instituto Ayrton Senna é uma organização não governamental sem fins lucrativos, presidida por Viviane Senna e foi fundada em novembro de 1994. O IAS trabalha em cooperação com empresas, governos, prefeituras, escolas, universidade e ONGs, ou seja, dos três setores - organismos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil - para desenvolver políticas públicas de larga escala.

Viviane Senna, presidente do IAS, possui uma ampla atuação em empresas e instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior. Como empresária, participa de organizações da sociedade civil que se propõem a influenciar o desenho de políticas públicas através da divulgação de novas ideias e da criação de bases de acordo, intelectual e técnico, para reformular os sistemas educativos, identificar novas práticas e participar das reformas educativas. Esses empresários se unem aos tomadores de decisão e formadores de opinião sobre a política educacional e se legitimam perante a sociedade (CAETANO, PERONI, 2011). O quadro abaixo demonstra essas relações

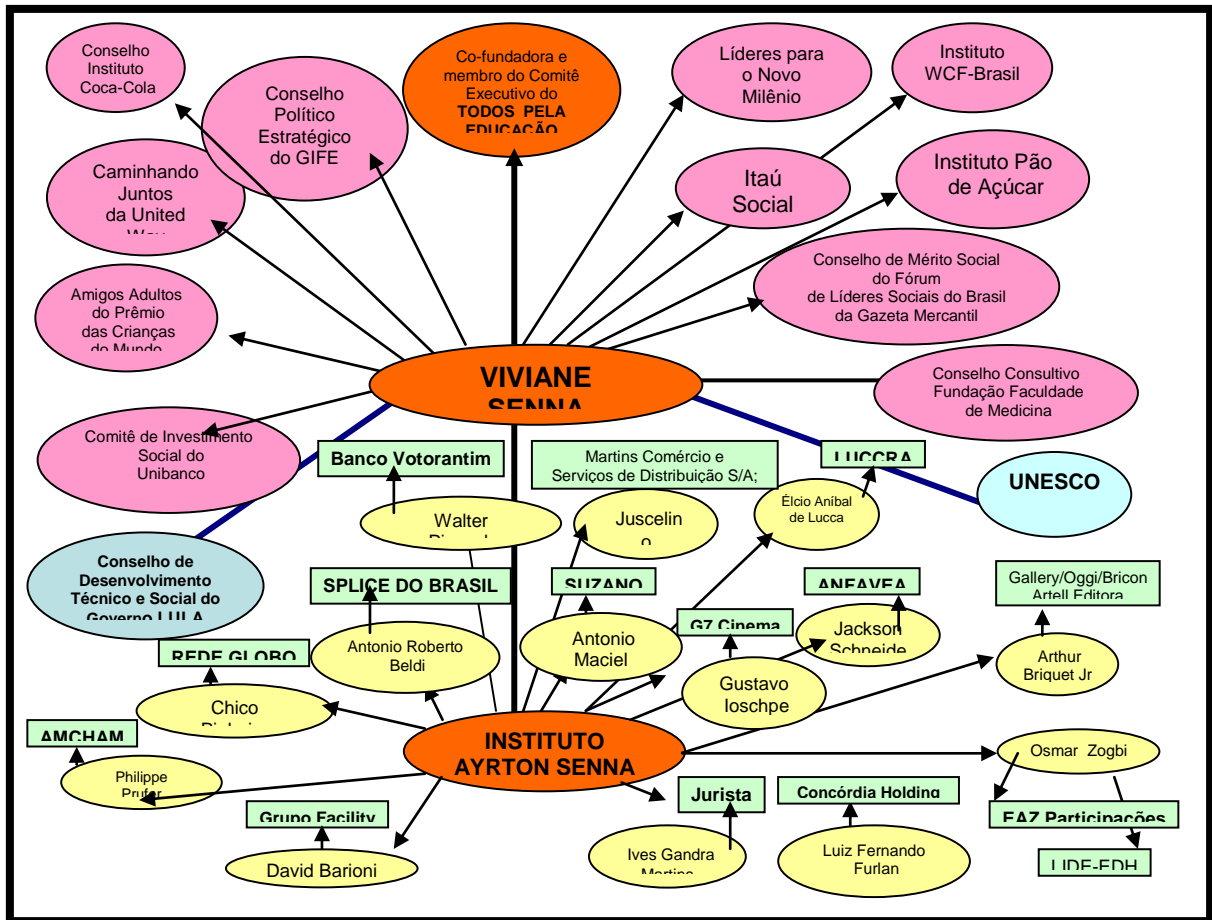


Figura 1 – Rede de relações estabelecidas entre o IAS e/ou Viviane Senna e empresas, empresários ou gestores empresariais. Fonte: CAETANO, M.R, 2010.

Viviane Senna faz parte do CDES desde a composição inicial (2003) até a presente data (2011). Em reunião realizada pelo CDES em 23.3.2006 cujo tema foi “Educação como prioridade nacional para o desenvolvimento”, a empresária Viviane Senna leu um documento no qual destacamos: "a análise da baixa qualidade em nosso sistema de ensino, nos três níveis de governo, revela que o maior problema não é a falta de recursos, mas a falta de boa gestão e eficiência na sua aplicação". "Não adianta colocar mais recursos sobre um sistema que funciona de maneira medíocre do ponto de vista de gestão. É como colocar numa empresa falida mais recursos. Primeiro tem que consertar para que ela funcione bem".<sup>6</sup>

Tendo em vista a apontada ineficiência do padrão de gestão vigente na educação, segundo Senna, o diagnóstico presente na fala remete aos mecanismos de gestão da esfera privada, que são reconhecidos como capazes de responder às necessidade de melhoria dos índices educacionais e ao mesmo tempo não aumentar os gastos do Estado, inserindo na educação a

<sup>6</sup> Ata da 16ª Reunião Ordinária do pleno Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. (CDES).Disponível em <http://www.cdes.gov.br/evento/281/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-16.html>. Acesso em 28.2.2012.

lógica do mercado, formando um quase-mercado. A lógica privada no sistema público passa a ser uma das propostas do Instituto Ayrton Senna.

Exemplificamos o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS) que vem assumindo a lógica gerencial nas escolas públicas de todo o Brasil influenciando, inclusive, a própria legislação educacional (PIRES, 2008). Conforme o *site* do Instituto, os programas são soluções educacionais em grande escala que ajudam a combater os principais problemas da educação pública do país em três grandes áreas: educação formal, educação complementar e educação e tecnologia. Na figura a seguir, apresentamos algumas das relações estabelecidas pelo IAS para a promoção dos programas de educação formal: Se Liga, Acelera, Circuito Campeão, Escola Campeã e Fórmula da Vitória, com empresas privadas, poder público (Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e MEC), Unesco, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)<sup>7</sup> e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)<sup>8</sup>.

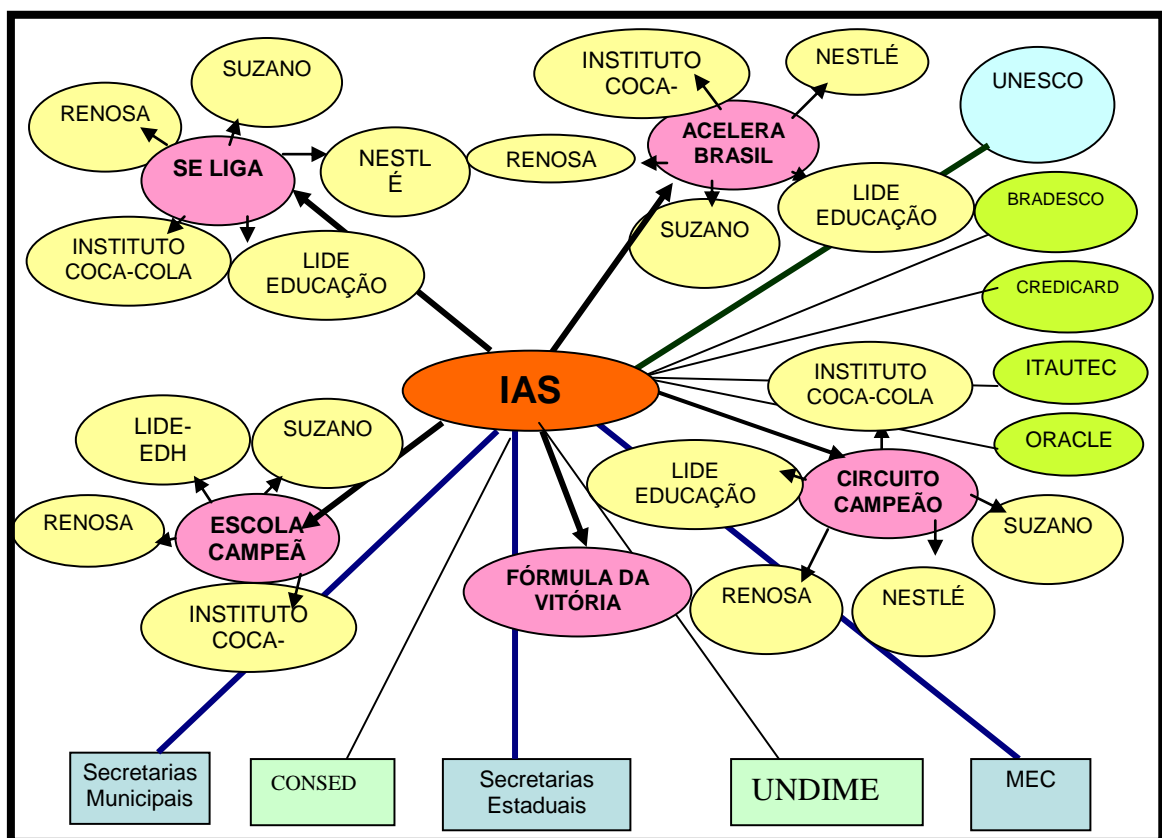


Figura 2: Rede de relações do IAS para a promoção dos programas de educação formal.

Fonte: CAETANO, PERONI, 2011.

<sup>7</sup> O Consed é uma entidade nacional que congrega, por intermédio de seus titulares, as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal do Brasil.

<sup>8</sup> A Undime é uma entidade nacional que congrega os dirigentes municipais de educação.

Destacamos que o IAS, através dos programas educacionais, especialmente o Acelera, realizava parcerias com o governo federal ainda no período FHC em que a descentralização, terceirização e repasse da execução das políticas sociais através de parcerias com o terceiro setor foram destaque na Reforma do Estado, como já apresentado no início desse texto. Os governos posteriores (Lula da Silva e Dilma Rouseff) não rompem com essa lógica, ao contrário, através do Ministério da Educação, expandem e ampliam, inclusive sugerindo-os aos estados e municípios através do Guia de Tecnologias Educacionais<sup>9</sup>, do PAR<sup>10</sup> e da própria Presidência da República através do CDES, redesenhando a gestão da educação pública através de sistemas privados de educação e trazendo consequências para a gestão democrática da educação.

### **Considerações finais**

As mudanças no papel do Estado redefinem as fronteiras entre o público e o privado principalmente através das parcerias do Estado com o terceiro setor e do quase-mercado. Com o quase mercado, a propriedade permanece sendo estatal, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público. Principalmente por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo do que o Estado. Portanto, quando as instituições do terceiro setor, através das parcerias, pretendem “qualificar” o serviço público, a proposta de qualidade não é neutra: são concepções de sociedade em disputa.

Assim como não acreditamos em Estado ou sociedade civil em abstrato. Os interesses de classes perpassam sociedade civil e Estado em uma sociedade hegemônica pelo capital. Por entendermos que as categorias são históricas, este texto em especial e as nossas pesquisas nas últimas décadas tratam das redefinições do papel do Estado neste período particular do capitalismo, de perda de direitos sociais materializados em políticas. Em pleno período democrático, isto é a naturalização do possível, e o que Harvey ressalta individualização, em que os sujeitos em competição são responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso social e um momento de mercadificação de tudo.

Destacamos, ainda, que movimentos alternativos ao neoliberalismo como a Terceira Via e na América latina, em particular o novo-desenvolvimentismo, assim como no

---

<sup>9</sup> Segundo o MEC, o Guia é uma ferramenta oferecida aos sistemas de ensino composto pela descrição de cada tecnologia e por informações que auxiliem os gestores a conhecer e a identificar aquelas que possam contribuir para a melhoria da educação em suas redes de ensino.

<sup>10</sup> PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que os municípios, os estados e o DF devem fazer para um período de quatro anos e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

passado a social democracia e o desenvolvimentismo acabam propondo reformas por dentro do capitalismo, ressaltando a governança, com pacto entre o mercado, o setor público e a sociedade, como se a sociedade fosse uma abstração, desconsiderando totalmente a agudização das contradições de classe no período atual de desemprego com a reestruturação produtiva e diminuição dos direitos sociais.

Muito lutamos para democratizar o Estado brasileiro, no caso da educação principalmente com a gestão democrática. Com as chamadas parcerias, instituições privadas, que não têm compromisso com a democratização do processo, acabam assumindo a direção das políticas sociais, o que consideramos um retrocesso. É o caso do Instituto Ayrton Senna, uma organização do terceiro setor que faz parcerias com sistemas públicos em todo o país e imprime uma lógica de mercado com princípios de competitividade, premiação, escolha de diretores por critérios de eficiência, com metas do próprio instituto a cumprir. Questionamos o que leva a comunidade escolar, pais, professores, secretários de educação, diretores, se submeterem aos ditames de uma instituição privada que define as políticas públicas, em um período democrático. Havendo inclusive um retrocesso curricular já que o material vem pronto, retirando a possibilidade de pensar, criar, enfim ter a liberdade de ensino como é um princípio constitucional?

Como diz Zeca Baleiro, a “alma é o segredo do negócio”, isto é, definir o conteúdo da educação, seu currículo, gestão, organização do sistema e da escola tem sido a meta do setor privado na educação. Foi o que evidenciamos com a pesquisa com o Instituto Ayrton Senna, que aqui trouxemos como exemplo, mas também é o caso do Instituto Unibanco com o Ensino Médio e tantos outros que vem interferindo na educação pública. Este movimento é internacional. Ravich (2011) destaca o papel das fundações privadas definindo a educação pública nos Estados Unidos e mostra que o modelo empresarial não é o caminho apropriado para melhorar as escolas e a qualidade da educação.

## **Referências**

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*: Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Agenda para novo ciclo de desenvolvimento. 2. ed. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Reflexões sobre o CDES. Brasília: 2006.

BRASIL, Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 2001.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano de Gestão do Governo Lula*, Brasília, DF, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A reforma do Estado dos anos 90 crise e reforma*. Via <http://www.mare.gov.br/reforma>, 3 jun., 1997.

\_\_\_\_\_. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. Disponível em [www.fgvsp.br/economia](http://www.fgvsp.br/economia), 2010. Acesso em 20.1.2012.

\_\_\_\_\_. Estado e mercado no novo desenvolvimentismo. Revista NUEVA SOCIEDAD especial em português, outubro de 2007, <[www.nuso.org](http://www.nuso.org)>. Acesso em 23.2.2012.

CHESNAIS, François (org.) *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 10/8/2011.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: *Novos Espaços Democráticos*. Jaime Montalvo Correa [et al.]. 1. ed. Coleção Cadernos da Fundação Perseu Abramo. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

GIDDENS, Antony. *A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUIOT, André Pereira. *Sociedade Civil e Hegemonia Burguesa - o CDES nos Governos Lula da Silva*, 07/12/2011. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/estudo/26198/sociedade-civil-e-hegemonia-burguesa-o-cdes-nos-governos-lula-da-silva.html>. Acesso em 2/3/2012.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

HEIDEMANN, Francisco. KISSLER, Leo. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, Maio/Jun, 2006.

KOWARICK, Lucio. O conselho de desenvolvimento econômico e social: um processo em construção, 08/12/2006 . Disponível em <http://www.fenecon.org.br/CDES.pdf>. Acesso em 2/3/2012.

MATTEI, Lauro. Gênese a agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro.” IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro, 2011.

MÉSZAROS, István. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP., 2002

OLIVEIRA, Dalila Andrade. (2009). As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* v. 25, n. 2. Disponível <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/0>. Acesso em 6/8/2011.

PECCI Alketa (et all). Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *Revista O&S* - v.15 - n.46 - Julho/Setembro - 2008

PERONI, Vera Maria Vidal. . *Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2003.

\_\_\_\_\_. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PERONI, V. M. V. ; CAETANO, Maria Raquel . Redefinição do papel do Estado e a política educacional brasileira. *Revista Educação e Humanismo*, Vol. 13 - No. 20, v. 13, p. 234-253. Bolívia, 2011.

PIRES, Daniela de Oliveira. A configuração jurídica e normativa da relação público-privada no Brasil na promoção do direito à educação. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.



PIRES. Daniela, PERONI Vera.. *Terceira Via e Terceiro Setor: aspectos jurídicos e consequências para a política educacional brasileira*. Revista Políticas Educativas, v. 3, n. 2, 2010.

RAVICH, Diane. Vida e morte do grande sistema escolar americano. Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre, Sulina, 2011.

REVISTA GESTÃO E INOVAÇÃO. Entrevista de Viviane Senna a Carlos Alberto Júlio, presidente da HSM do Brasil. São Paulo: HSM do Brasil; Microsoft do Brasil, 2007.

Sites:

[http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas\\_circuitocampeao.asp](http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna/programas/programas_circuitocampeao.asp).

Acesso em 4/4/2010 em 8/8/2011.

<http://www.cdes.gov.br/evento/281/pleno-do-cdes-reuniao-ordinaria-n-16.html>. Acesso em 28.2.2012.

[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia\\_tecnologias\\_atual.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/guia_tecnologias_atual.pdf). Acesso em 4/4/2010.